

O parecer escolar descritivo sob um olhar enunciativo¹

The descriptive assessment of a student seen from the enunciation perspective

Bárbara Luzia Covatti Malcorra²

barbara.malcorra@acad.pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Vera Helena Dentee de Mello³

verahdm@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO - Este artigo propõe-se a analisar, amparado na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, os efeitos de sentido decorrentes da sintagmatização empreendida pelo locutor em pareceres descritivos do ensino fundamental, com foco, mais especificamente, no sujeito que advém dos discursos dos professores e no “tu” instaurado pelo locutor no momento da enunciação. O *corpus* da pesquisa consiste em um parecer descritivo sobre um aluno do ensino fundamental, coletado em uma escola da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre (RS). O processo metodológico consiste na análise (a) do ato individual em que estão implicados o locutor e o alocutário; (b) da situação em que se realiza o ato enunciativo, na qual se constitui a referência construída no discurso e (c) dos instrumentos de realização desse ato, que são os índices específicos e os procedimentos acessórios. Constata-se, a partir da análise dos dados, que as sintagmatizações empreendidas pelo locutor-professor permitem que se apreenda a referência construída no discurso e, sobretudo, o caráter único e singular da enunciação.

Palavras-chave: enunciação, sintagmatização-semantização, parecer descritivo.

ABSTRACT - Based on Benveniste’s theory of enunciation, this article analyzes the effects of meaning resulting from the syntagmatic linearization performed by the speaker in elementary school descriptive assessments. We focused specifically on the subject arising from teachers’ speeches and on the “you” established by the speaker at the time of enunciation. Our *corpus* is composed of a student’s descriptive assessment collected at an elementary school in the city of Novo Hamburgo, Brazil. We analyzed (a) the individual act in which the speaker and the listener are implicated; (b) the situation where the act of enunciation takes place, which constitutes the reference built in speech; and (c) the instruments for carrying out this act, that is, the specific indexes and accessory procedures. Results suggest that the syntagmatic linearizations performed by the teacher-speaker allow for the listener to seize the reference built in speech, particularly the unique and singular character of enunciation.

Keywords: enunciation, syntagmatic linearization-semantization, descriptive assessment.

Introdução

A prática docente, muito mais do que formar cidadãos, deixa marcas nos sujeitos envolvidos no exercício de compartilhamento proporcionado pela escola. Nesse sentido, ela é entendida como atividade, ação sobre o mundo, de forma a reforçar seu caráter social.

Por sua vez, a linguagem, intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do homem e sua relação com o mundo, possibilita que o homem se torne sujeito, uma vez que cada

locutor, ao utilizar a língua e escolher, dentre uma vasta variedade de expressões linguísticas, a que julga adequada à situação de comunicação em que se encontra, expressa-se de uma maneira singular e apresenta, assim, sua realidade, sua concepção de mundo e, sobretudo, seu lugar nele. Como bem diz Benveniste (2005b, p. 222, grifo do autor), “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*”. A linguagem serve para viver, pois é por meio dela que partilhamos ideias e emoções, que falamos de nós, do outro e do mundo e que agimos sobre o outro,

¹ Este artigo foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Um olhar enunciativo para pareceres descritivos de alunos do ensino fundamental*, de Bárbara Luzia Covatti Malcorra, orientado por Vera Helena Dentee de Mello.

² Bolsista integral PROEX/CAPES. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Av. Ipiranga, 6681, Partenon, 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-750, São Leopoldo, RS, Brasil.

instaurando novas realidades. O autor ainda complementa: “Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (Benveniste, 2005b, p. 222).

Dessa forma, a pertinência do assunto nasce da necessidade de pensarmos como a língua permite que interpretemos a sociedade, como nos inserimos nela e, sobretudo, como nos relacionamos em diferentes situações comunicativas. Se é na linguagem e por intermédio da linguagem que o homem se institui como sujeito, propomo-nos, como analistas, a observar a linguagem utilizada pelo professor a fim de verificar que sentidos são promovidos e que referências são construídas a partir dos instrumentos linguísticos de que se vale ao redigir pareceres avaliativos.

Consideramos que a avaliação é um dos principais desafios com que depara o professor, pois ele precisa avaliar as competências dos alunos, constituídos, como seres humanos que são, de capacidades múltiplas. Dessa forma, julgamos que este estudo pode contribuir para uma reflexão acerca da linguagem utilizada em pareceres escolares, mostrando que o uso da linguagem tem uma dimensão antropológica, no sentido de que é uma experiência humana intersubjetiva. Visamos a observar, em nosso objeto de estudo, o sujeito que advém da enunciação do locutor-professor, e o “tu” instaurado pelo locutor no momento da enunciação. Dirigiremos um olhar atento à relação intersubjetiva que se estabelece em pareceres avaliativos, prática social que reflete o desenvolvimento do educando no processo educativo, seu cotidiano e suas descobertas.

Partindo do pressuposto de que a subjetividade advém da sintagmatização empreendida pelo locutor em seu discurso, esta pesquisa tem, como objetivos específicos, analisar como se dá a intersubjetividade em pareceres descritivos dirigidos a alunos do ensino fundamental e como é construída a referência no discurso, observando os instrumentos por meio dos quais se realiza o ato enunciativo.

Quanto a sua estrutura, o artigo está organizado em quatro seções. Na próxima seção, apresentaremos as noções fundantes da Teoria da Enunciação de Benveniste, arcabouço teórico que sustentará nossa análise. A explicitação de conceitos como pessoa e não pessoa, intersubjetividade, semiótico e semântico, frase, referência, tempo/espaço, índices específicos e procedimentos acessórios contribuirá para uma análise mais consistente da relação intersubjetiva e da conjugação entre forma e sentido que

se verifica no *corpus*. Na seção seguinte, explicitaremos, inicialmente, os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa e, em seguida, focalizaremos o objeto de estudo, à luz das contribuições da Teoria da Enunciação. Por fim, na última seção, teceremos considerações acerca dos resultados do estudo realizado.

Pressupostos teóricos: conceitos benvenistianos pertinentes ao estudo ora desenvolvido

A Teoria da Enunciação de Benveniste está aqui organizada em três grandes momentos. No primeiro momento, são apresentadas as noções de pessoa e não pessoa, distinção feita por Benveniste (2005a) e muito bem esmiuçada por Flores (2013), além do conceito de intersubjetividade. Já no segundo momento, são feitas considerações acerca dos domínios semiótico e semântico, em que serão discutidos conceitos como o de frase, referência e tempo/espaço. Por fim, no terceiro momento, é elucidado o aparelho formal da enunciação e seus instrumentos de realização, os índices específicos e os procedimentos acessórios⁴.

1º momento: pessoa e não pessoa

As noções de pessoa e não pessoa, conceitos-chave da chamada Teoria da Enunciação, estão presentes, primeiramente, em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, artigo que consta em *Problemas de linguística geral I* (doravante PLG I). Segundo Benveniste (2005a), quando, no processo enunciativo, nos propomos como sujeito e, por conseguinte, transformamos a língua em discurso por meio dos recursos linguísticos que melhor atendem à determinada situação de comunicação, percebemos a presença de uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Segundo ele (2005a, p. 286, grifo do autor),

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu.

O autor, aqui, não só ressalta os traços em comum que “eu” e “tu” apresentam como também permite tratá-los como parte de um mesmo conjunto, isto é, a categoria de

⁴ Assim como Flores (2013), em *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, optamos por apresentar a teoria em três instâncias, no entanto vale ressaltar que essa divisão não obedece a qualquer caráter cronológico da obra de Benveniste, nem mesmo pode ser atribuído a uma iniciativa do autor. Trata-se, na realidade, de uma organização com objetivos didáticos que visa, sobretudo, a uma explicação que aproxime a teoria de seus estudiosos, uma vez que Benveniste, em seus artigos, ora fala para linguistas, ora para filósofos, ora para psicanalistas. Além da metalinguagem que muda conforme o público-alvo, muitos conceitos presentes nos artigos que constam em *Problemas de Linguística Geral I e II* apresentam mudanças de sentido de um texto para outro, o que releva a transição do pensamento do autor com o passar dos 40 anos de reflexão linguística sobre enunciação.

pessoa. Com isso, consideramos que “eu” designa aquele que fala e, ao mesmo tempo, implica um enunciado sobre o “eu”, uma vez que, “dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim” (Benveniste, 2005a, p. 250, grifo do autor). Benveniste (2005a, p. 286, grifo do autor), então, deixa claro: “Encontramos aí [relação de pessoa no verbo] o fundamento da ‘subjatividade’ que se determina pelo *status* linguístico de ‘pessoa’”.

No que se refere à segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por “eu” e não pode ser pensado fora de uma situação concebida a partir de “eu”. Disso decorre a terceira pessoa que, segundo Flores (2013, p. 82), “[...] comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma ‘pessoa’ específica”, ou seja, quando nos referimos à terceira pessoa, podemos falar sobre as diversas coisas do mundo, mas nunca de alguém que faz parte da relação intersubjetiva, daí a noção de “não pessoa”.

Eis aí a conclusão de que as duas primeiras “pessoas” se opõem, juntas, à forma de “não pessoa”. Ao utilizar a noção de “pessoa” para se referir a “eu” e a “tu”, e a de “não pessoa” para referir-se a “ele”, Benveniste integra aos pronomes a concepção de pessoa inserida em uma instância de discurso, isto é, nos atos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor.

Portanto, como toda a língua é submetida à enunciação, o uso da não pessoa também é marcado pela intervenção do locutor. Assim, mesmo que o locutor fale do mundo ou do outro (não pessoa), ele apresenta suas impressões sobre esse mundo ou sobre esse outro.

Uma vez que Benveniste dissocia o par “eu” e “tu” do pronome “ele”, o autor evidencia o caráter de unicidade que a distinção entre pessoa e não pessoa apresenta, pois o “eu” que enuncia e o “tu” ao qual “eu” se dirige são sempre únicos. Mello explicita assim a inversibilidade entre as duas pessoas do discurso, proposta por Benveniste:

[...] ao declarar-se eu, o locutor implanta diante de si um outro, tu (o alocutário), mas, no momento em que tu toma a palavra, torna-se eu. Existe, portanto, inversibilidade entre as duas pessoas do discurso, não havendo hegemonia de uma sobre a outra, mas alternância entre os protagonistas da enunciação (Mello, 2012, p. 46).

Em outras palavras, na enunciação, os papéis desempenhados por “eu” e “tu” são intercambiáveis, ao passo que não é possível reversibilidade com o “ele”. A intersubjetividade é, pois, constitutiva de toda enunciação, pois é uma condição, um *a priori* de todo ato enunciativo, ao mesmo tempo que, como realização linguística, advém da enunciação.

Benveniste trata, ainda, de outra característica: a predicação verbal. O autor refere-se à propriedade única da 3ª pessoa de ser predicada verbalmente. Em outras palavras, tudo que não pertence a “eu” ou a “tu” recebe como predicado a forma verbal de 3ª pessoa. Isso não quer dizer que, quando fala de “ele”, o locutor não se inscreva em seu discurso, pois aquilo ou aquele de que se fala é sempre mediado pelo “eu”. Se a língua, na sua totalidade, está submetida à enunciação, o mundo apresentado no discurso é sempre a versão que o locutor apresenta desse mundo.

Dessa forma, consoante Benveniste, embora “eu” e “tu” constituam a noção de pessoa, são distintos entre si, na medida em que “eu” caracteriza a pessoa subjetiva e “tu” a pessoa não subjetiva. O linguista, assim, apresenta a clássica correlação de pessoalidade, que consiste, basicamente, na oposição entre “eu” e “tu” a “ele”. Ele explica que se poderá “definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se opõem juntas à forma de ‘não pessoa’ (= ‘ele’)” (Benveniste, 2005a, p. 255, grifo do autor).

Podemos afirmar, assim, que a enunciação somente existe na perspectiva do “eu” (subjatividade) em relação com o “tu” (intersubjetividade)⁵, inseridos em uma instância discursiva única (aqui/agora). Consequentemente, o texto, produto da enunciação, será sempre singular, uma vez que representa a linguagem em uso.

A subjatividade está, portanto, presente em toda instância de discurso e é revelada pelos recursos linguísticos que o locutor faz “conviver” em determinado ato enunciativo, no momento em que cada locutor faz uso da língua e propõe um “tu”, aquele a quem destina sua mensagem. Uma vez que, para Benveniste, o social é da natureza do homem, a língua é vista no seio da sociedade e é seu interpretante. Como a linguagem requer a presença do outro, isto é, a mediação entre eu e tu, linguagem e sociedade se entrelaçam: o uso da linguagem não ocorre no vazio, sem interação⁶. Mesmo num monólogo, o locutor institui um alocutário, que é ele próprio. Assim, Benveniste atribui à linguagem o papel de conferir ao indivíduo o *status* de sujeito, considerando que a linguagem é inerente ao homem. O homem interage com outro homem porque é dotado de linguagem e, por meio dela, inscreve-se em seu discurso, com vistas a influenciar o alocutário.

2º momento: semiótico e semântico

Benveniste recorre a Ferdinand de Saussure, uma de suas fortes influências, para apresentar a noção de

⁵ Cabe sublinhar que o princípio da intersubjetividade é, ao mesmo tempo, apriorístico e resultante da enunciação. A intersubjetividade é constitutiva de toda enunciação e também emerge ou advém da enunciação, como realização linguística.

⁶ Vale ressaltar, aqui, que, quando usamos o termo “interação”, referimo-nos à relação entre “eu” e “tu”, isto é, à inter-relação estabelecida entre locutor e alocutário, em que o primeiro age sobre o segundo.

signo como entidade constituída de um significante e de um significado. A fim de melhor esclarecermos essa questão, recorreremos aos escritos de Saussure no *Curso de linguística geral*, em que afirma o seguinte: “[...] a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos. [...] os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação” (2006, p. 79-80). Nesse sentido, signo linguístico conecta um conceito à imagem acústica ou, em outras palavras, une um significado a um significante.

É, também, nessa perspectiva que, consoante Aresi (2011, p. 266), “ter ‘sentido’, para uma unidade na acepção semiótica, é ser significante, isto é, ser identificável pelo falante através de relações estabelecidas com as demais unidades da língua” enquanto que, na concepção semântica, “sentido” remete à intenção do locutor ao expressar-se. O significado de que é constituído o signo, portanto, deve ser reconhecido pelos falantes e é sempre um significado genérico, conceitual, virtual, ao passo que, no domínio semântico (da língua em funcionamento), o signo se converte em palavra, que, na convivência com outras palavras, assume um sentido particular.

Benveniste, no que diz respeito à forma e ao sentido, deixa claro que essas são noções inseparáveis. É nesse sentido que não podemos considerar a forma sem focarmos o sentido assim como é impossível conceber o sentido sem forma, uma vez que “forma e sentido aparecem [...] como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua” (Benveniste, 2005a, p. 136). Assim, ao procedermos a uma análise enunciativa, não podemos jamais contemplar somente a forma em detrimento do sentido, pois é a semântica (sentido) que requer uma sintaxe (sintagmatização).

Ao se apropriar da língua e selecionar recursos, organizando-os sintaticamente, o locutor semantiza. Esse semantizar da língua é mais bem explicado por Benveniste (2005b, p. 230, grifo do autor), em *A forma e o sentido na linguagem*:

O sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada.

Aresi (2011, p. 266-267, grifo do autor) complementa: “[...] é na *sintagmatização* da língua que o sentido se produz”. Pode-se afirmar, pois, que o processo de sintagmatização é sempre único e irrepitível, por meio do qual o locutor mobiliza a língua, a fim de transformá-

-la em discurso. Somente na língua em funcionamento, temos a frase, cujo sentido advém de seu arranjo sintático. A forma, assim, está subordinada ao sentido promovido por um locutor que promove arranjos sintagmáticos, a fim de produzir determinado efeito de sentido. Portanto, na perspectiva enunciativa, estudar a língua é abordá-la pelo viés do sentido.

Frase, nesse sentido, é entendida por Benveniste como produto da enunciação, ou seja, como produto da conversão da língua em discurso por um locutor em uma instância enunciativa única e irrepitível, uma vez que o enunciador, com base na ideia que pretende transmitir, seleciona palavras que assumirão, na língua em funcionamento, um sentido particular. Nessa perspectiva, a frase é sempre proferida por um “eu” (locutor), dirigida a um “tu” (alocutário), situados em um determinado espaço (aqui) e tempo (agora). É dessa forma que ela sempre designará algo novo e único, uma vez que envolve protagonistas distintos em interação e tempos e situações diversos de comunicação.

Para o autor, em *A forma e o sentido na linguagem*, “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (Benveniste, 2005b, p. 231). Nessa definição de frase, Benveniste parece associar o conceito de frase ao de enunciação, pois considera a frase um *acontecimento* e sublinha o caráter evanescente, fugaz da frase, que se extingue no momento em que é proferida.

Nessa perspectiva, é por meio de frases – compreendidas aqui não como sentenças, cujo término é marcado por sinais de pontuação que encerram a estrutura sintática, mas como a conversão da língua em discurso – que os locutores agem no mundo. Os arranjos sintagmáticos das frases, que constituem unidades do discurso, provocam efeitos de sentido.

Além disso, a frase também comporta a referência. Conforme Benveniste, a referência não é jamais uma remissão direta ao mundo extralinguístico, mas sim ao mundo do locutor em comunhão com um alocutário. Em outras palavras, o “mundo” de que fala o locutor é “seu mundo”, isto é, o mundo filtrado por ele.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste define referência como “parte integrante da enunciação” (Benveniste, 2005b, p. 84), uma vez que “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo”. Nesse sentido, para o locutor, a apropriação da língua é “a necessidade de referir pelo discurso, e [...] a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor” (Benveniste, 2005b, p. 84). Se a referência integra a enunciação, ela é sempre coconstruída na comunhão que se estabelece entre locutor e alocutário no ato enunciativo. O mundo de que fala o locutor é o mundo apresentado sob sua ótica.

Um olhar atento à organização dos PLG I e II revela que os artigos são dispostos em seis partes⁷. Conforme Flores e Teixeira (2009), a expressão *o homem na língua* usada por Benveniste para nomear a quinta parte é um dos pontos de encontro com a teoria de valor desenvolvida por Ferdinand de Saussure em *Curso de linguística geral*, que pressupõe que um signo só possui significado se comparado com outros signos. Dizer que um signo significa quando comparado a outro signo implica falar do homem na língua, pois é ele que estabelece a relação entre os signos. Portanto, o homem intervém na língua na medida em que a linguagem compreende o lugar em que o indivíduo se constrói como sujeito. Isso remete ao próprio conceito de enunciação, o “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2005b, p. 82).

Como dito anteriormente, em *A natureza dos pronomes*, Benveniste apresenta a distinção pessoa e não pessoa. Para o autor, na relação que “eu” estabelece com “tu”, as formas pessoais da língua obtêm seu sentido em referência a “eu”, enquanto os signos de terceira pessoa teriam uma estabilidade referencial garantida e independente das instâncias de discurso.

Dessa forma, percebemos o contraste entre as categorias de pessoa e não pessoa. Enquanto a categoria de não pessoa é diretamente associada aos signos plenos, disponíveis na língua enquanto sistema, a categoria de pessoa é remetida aos indicadores de subjetividade, ou seja, aos signos ditos vazios, cuja referência é atualizada em cada instância de discurso.

Para Benveniste, cada vez que um locutor se coloca no mundo através da linguagem, ele recria a realidade. Pela linguagem, a realidade é produzida novamente, ou seja, a cada ato de apropriação da língua pelo locutor, as coisas e os acontecimentos são constantemente re-produzidos (produzidos novamente). Nesse viés, a relação do homem com a sociedade é recuperada, já que, sem a linguagem, o homem não existiria.

Uma vez que a referência é vista no âmbito do todo enunciativo, ela serve como base para compreendermos o quadro formulado por Benveniste, isto é, o raciocínio acerca da linguagem desenvolvido pelo autor.

Além da categoria de pessoa, a enunciação também comporta as noções de tempo e espaço. Benveniste, em *A linguagem e a experiência humana*, argumenta que todas as línguas possuem em comum certas categorias de expressão que correspondem a um modelo constante, as quais remetem à pessoa e ao tempo. Para ele, tais categorias se constituem como modalidades elementares, independentes de toda determinação cultural, e, através delas, é que visualizamos a experiência subjetiva dos locutores que se

colocam e se situam na e pela linguagem. Benveniste deixa claro que, de todas as formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo.

A temporalidade, para ele, revela a subjetividade própria do exercício da linguagem, da mesma maneira que propõe formas vazias de que o locutor se apropria quando se define como “eu” e nomeia um parceiro, designado como “tu”. Dessa forma, o ato enunciativo instaura a noção de espaço (aqui) e tempo (agora) da enunciação.

O autor, em *A linguagem e a experiência humana*, distingue tempo físico, crônico e linguístico. O tempo físico, segundo Benveniste, é linear, uniforme, infinito e está relacionado às emoções de cada indivíduo. Já o tempo crônico está ligado ao tempo dos acontecimentos, e o tempo linguístico, para Benveniste, manifesta-se no tempo crônico e no físico, mas diferencia-se pelo fato de estar ligado ao exercício da fala que, por sua vez, está diretamente relacionado ao discurso. O tempo linguístico, assim, é o tempo da língua que é estabelecido cada vez que o sujeito enuncia. Dessa forma, trata-se de um tempo presente que é estabelecido a cada nova enunciação.

O presente linguístico é o parâmetro a partir do qual se podem fazer retrospectões e prospecções. O passado e o futuro só existem em relação ao tempo presente, eixo das ordenadas temporais. O tempo linguístico é ordenado a partir do momento da enunciação, sendo, pois, engendrado no discurso.

Cabe, neste momento de nossa reflexão, fazer um esclarecimento. Embora Benveniste não se atenha muito ao espaço, vale salientar a presença desse elemento no enquadre enunciativo. Admite-se que a organização do sistema da língua somente se realiza na enunciação, pois, cada vez que a língua é enunciada, têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (“eu” e “tu”) singulares. Portanto, além de categorias de pessoa (locutor e alocutário) e tempo (agora), toda enunciação supõe também espaço, ou seja, o lugar em que se dá a enunciação.

Nas palavras de Barboza (2013, p. 137, grifo da autora),

[...] o espaço da enunciação será o centro da referência responsável pela disposição (de aproximação/afastamento) dos seres em relação ao “eu” da enunciação, ou seja, toda a organização espacial da enunciação estará ancorada no aqui, seja ele enunciado ou não.

Nesse sentido, o espaço do qual falamos – espaço da enunciação – está relacionado às formas linguísticas que remetem a sentidos relacionados à localização espacial da enunciação. Toda enunciação, sabemos, possui “eu-tu-aqui-agora”, no entanto esses elementos não precisam

⁷ Os dois tomos têm as mesmas divisões, identicamente intituladas em ambos os casos. São elas: Primeira parte – Transformações da linguística; segunda parte – A comunicação; terceira parte – Estruturas e análises; quarta parte – Funções sintáticas; quinta parte – O homem na língua; sexta parte – Léxico e cultura.

estar marcados formalmente, uma vez que é possível, de algum modo, recuperar o contexto da enunciação a partir das marcas linguísticas deixadas no enunciado.

A autora vai além e faz uma interessante reflexão acerca do espaço em Benveniste. Segundo ela, a existência da enunciação é a prova de que o espaço foi ocupado. Assim, a existência e a presença (mesmo não marcadas) são condições básicas para a própria existência da enunciação e da comunicação intersubjetiva.

3º momento: o aparelho formal da enunciação

Vimos, até aqui, que todos os conceitos da teoria da enunciação possuem relação entre si. O conceito de pessoa e não pessoa é intrinsecamente ligado aos conceitos de subjetividade e intersubjetividade, que, por sua vez, perpassam toda a teoria enunciativa. Forma e sentido estão inteiramente ligados às noções de frase, sintagmatização, referência e tempo/espaço. O aparelho formal da enunciação, por sua vez, como veremos a seguir, além de estar relacionado a todos os conceitos anteriormente citados, também aborda os instrumentos de realização, os índices específicos e os procedimentos acessórios.

Dessa forma, o terceiro alicerce da teoria enunciativa de Benveniste refere-se ao aparelho formal da enunciação, apresentado em texto homônimo presente em PLG II. Nele, embora Benveniste não proponha uma metodologia pronta, ele vislumbra um possível percurso metodológico ao afirmar que, “na enunciação nós consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos da sua realização” (Benveniste, 2005b, p. 83). Logo, o ato de apropriação da língua implica um locutor, que, ao enunciar-se, instaura diante de si um alocutário. Esse ato situa-se em um tempo e espaço singulares, sendo a referência coconstruída na interação entre os interlocutores no momento da enunciação. A fim de produzir sentidos e partilhar sua referência, o locutor se vale de instrumentos linguísticos, que são os índices específicos e os procedimentos acessórios.

Uma das definições de enunciação apresentadas em *O aparelho formal da enunciação* é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2005b, p. 82). Benveniste, com isso, postula que a linguagem é inseparável da subjetividade, visto que todo ato enunciativo emana de um locutor e, além disso, sublinha a singularidade do ato enunciativo, ao referir-se a esse ato como individual.

Nesse sentido, enunciar é transformar, individualmente, a língua em discurso. Para Flores (2011), é nesse processo que ocorre a semantização da língua. Assim, a enunciação é caracterizada como um ato de apropriação da língua pelo locutor, que sempre instaura um alocutário.

Benveniste afirma que a enunciação pode ser abordada sob três aspectos. O primeiro deles diz respeito ao aspecto vocal da enunciação, ou seja, para o autor, “os sons emitidos e percebidos [...] procedem sempre de atos individuais” (Benveniste, 2005b, p. 82). Nesse sentido, a enunciação fônica⁸ apresenta traços individuais singulares e também únicos. O segundo diz respeito à sintagmatização, ou seja, à conversão da língua em discurso. Nas palavras de Mello e Flores (2009, p. 197), “a conversão da língua em discurso constitui um ato operacional de transformação do signo (nível semiótico) em palavra (nível semântico)”. Já o terceiro diz respeito ao quadro formal de realização da enunciação, isto é, à apropriação da língua pelo locutor. O locutor apropria-se do aparelho formal da língua e se enuncia, valendo-se, para isso, de índices específicos e de procedimentos acessórios.

Em *Índices específicos e procedimentos acessórios da enunciação*, Aresi (2011) busca esclarecer esses dois instrumentos de realização abordados por Benveniste (2005b), em *O aparelho formal da enunciação*. Em linhas gerais, o aparelho formal da enunciação, singularizado em cada instância enunciativa, é constituído de índices específicos – que apontam para os elementos do enquadre enunciativo (eu-tu-aqui-agora) – e de procedimentos acessórios – que consistem nas ações linguísticas empreendidas pelo locutor quando se apropria de itens lexicais e gramaticais e os organiza sintaticamente.

Para Aresi (2011, p. 271, grifo do autor), “[...] *índice* remete à noção de unidade”. A partir disso, partimos do pressuposto de que índices específicos referem-se às formas específicas das categorias de pessoa, tempo e espaço, uma vez que são indicadores de subjetividade e, por isso, revelados na e pela enunciação e responsáveis por assegurar a referência.

Segundo Benveniste (2005b, p. 84),

Estas condições iniciais [de ato e de situação] vão reger todo o mecanismo de referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular [...]. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Para Benveniste, os índices específicos estão intimamente ligados às categorias vazias da língua que se preenchem no ato de utilização das palavras, como as categorias de tempo, os pronomes pessoais e os demonstrativos. Um olhar atento para essas categorias serve de base para demonstrar que tais recursos se plenificam na língua-discurso, isto é, adquirem sentido no momento em que o “eu” toma a palavra.

Já os procedimentos acessórios remetem ao arranjo ou à organização sintática, isto é, à forma como as palavras convivem no discurso. Aresi (2011, p. 273) discorre que

⁸ Outro termo utilizado por Benveniste (2005b) para se referir ao aspecto vocal da enunciação.

os procedimentos acessórios são, em linhas gerais, “a semantização total da língua, isto é, a conversão total da língua em discurso e a constituição do sentido a partir da escolha e do agenciamento das formas por um locutor no uso efetivo da língua”. A semantização, portanto, decorre da sintagmatização, o que evidencia a estreita relação entre forma e sentido.

Benveniste (2005b, p. 86) afirma que

Além das formas [específicas] que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua [...], ele dispõe para este fim de um aparelho de funções.

Essa afirmação permite-nos argumentar que os procedimentos acessórios são recursos linguísticos cuja função é colocar o locutor em relação constante com a enunciação. Não são, portanto, outra coisa a não ser todos os mecanismos linguísticos que servem para o locutor enunciar sua posição de locutor, para inscrever-se em seu discurso.

Uma vez que os procedimentos acessórios estão relacionados ao próprio processo de agenciamento das formas da língua e ao modo de organização dessas formas, quando falamos desse singular instrumento de realização, falamos em *sintagmatização*. No ato de transformação da língua em discurso, a sintagmatização, repetimos, gera a semantização.

Enquanto, no nível semântico, a forma diz respeito à organização sintagmática, o sentido diz respeito à ideia que decorre da sintagmatização, pois, conforme Aresi (2011, p. 266-267), “é na sintagmatização da língua que o sentido se produz. É nesse grande processo de organização que podemos ver a instância de subjetividade na linguagem”.

Uma análise linguística sob a perspectiva da Teoria da Enunciação de Benveniste será, pois, uma análise semântica, visto que buscará apreender o sentido que advém do uso das formas e dos arranjos sintagmáticos realizados pelo locutor ao estabelecer uma relação intersubjetiva. Os instrumentos linguísticos de que se vale o locutor possibilitam que se perceba o lugar que ele ocupa no discurso e no mundo e a imagem que projeta de seu alocutário, isto é, o lugar que atribui a ele.

Análise do corpus

Partiremos agora para a análise do parecer descritivo. Cabe sublinhar que o texto foi transcrito fielmente, mantendo-se a forma e o conteúdo originais. Embora se verifiquem, no parecer, alguns “deslizes gramaticais”, es-

tes não constituem nosso foco de interesse. Cabe ressaltar, além disso, que o parecer descritivo aqui apresentado, coletado em uma escola da rede municipal de ensino, localizada na cidade de Novo Hamburgo (RS), faz parte de um trabalho maior, apresentado como requisito parcial para conclusão de curso⁹.

Embora Benveniste não aponte, em sua obra, uma metodologia pronta para ser utilizada em uma análise enunciativa, baseamo-nos no percurso indicado pelo próprio autor, em *O aparelho formal da enunciação*, segundo o qual “Na enunciação, consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 2005b, p. 83). Passaremos, a seguir, para a análise do *corpus*.

1º passo: análise do ato enunciativo

Consoante o artigo *A natureza dos pronomes*, os pronomes são característicos das instâncias do discurso, ou seja, “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (Benveniste, 2005a, p. 277). Conforme Benveniste, o “ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (Benveniste, 2005b, p. 83). Com base nessas premissas, focalizaremos, em um primeiro momento, a forma como o locutor (eu-professor) se instaura como sujeito em seu discurso.

Quando Benveniste (2005b, p. 84) afirma que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação”, ele atribui destaque à intersubjetividade: no momento em que o locutor faz uso da língua, ele sempre instala diante de si um “tu”, aquele(s) a quem se dirige. Uma vez que a enunciação é dialógica, ela produz dois sujeitos, dos quais um constitui a condição de existência do outro. Percebemos que o professor (aquele que fala) instaura um “tu” (a quem se dirige), que, nesse caso, pode referir-se aos pais/responsáveis da/pela aluna, à escola, aos professores e/ou à própria aluna. No entanto, a aluna é destituída do *status* de pessoa em quase todo o texto, sendo-lhe atribuído o papel de não pessoa – “ele” (aquele/aquilo de que se fala).

O professor não emprega índices específicos que apontam para o “eu”. Sua identidade permanece oculta por trás de seu discurso, o que evidencia um distanciamento em relação ao “tu”, a quem se dirige, e também em relação ao “ele”, o aluno sobre quem fala.

Ao longo de todo o parecer, o discurso do professor é construído em 3ª pessoa. Quando se refere à aluna,

⁹ No referente trabalho, foram analisados, no total, quatro pareceres descritivos de alunos do quinto ano do ensino fundamental: dois relativos ao último trimestre do ano e dois correspondentes aos trimestres não finais. Dos dois pareceres referentes à etapa final de aprendizagem, um deles indicava a aprovação do aluno e o outro justificava a reprovação.

Excerto 1

1 A Geovana¹⁰ obteve avanços em suas aprendizagens. Participa da maioria das atividades
 2 com interesse e tem bom convívio com as pessoas da escola.
 3 Realiza a maioria das atividades propostas. Às vezes, demora muito para concluir as
 4 tarefas ou não às conclui, prejudicando seu rendimento.
 5 Na disciplina de Língua Portuguesa está progredindo. Melhorou sua produção textual
 6 (início, meio e fim, parágrafos) e na leitura, compreensão e interpretação dos textos. Precisa
 7 estar atenta para as regras de escrita correta, pois costuma escrever como fala. Além disso, deve
 8 melhorar a fluência na leitura oral.
 9 Em Matemática, demonstra que possui bom raciocínio lógico, apesar da lentidão ao
 10 resolver os exercícios, consegue resolver a maioria dos cálculos e histórias matemáticas
 11 corretamente. Precisa estar atenta e continuar estudando muito os cálculos de divisão!
 12 Na disciplina de Ciências, demonstra bons conhecimentos e atitudes em relação ao meio
 13 ambiente.
 14 Em História e Geografia, apresenta melhorias na compreensão da história do seu
 15 município e do bairro e participa durante os diálogos nas aulas.
 16 Nas atividades de Educação Física tem extrema desenvoltura. Sua motricidade ampla é
 17 excelente!
 18 Em Artes e Religião, participa com interesse e criatividade.
 19 Precisa ser mais pontual na entrega das tarefas solicitadas, além de organizar melhor os
 20 seus materiais escolares.
 21 Às vezes, em sala de aula, parece cansada e desanimada. Precisa organizar melhor a sua
 22 rotina para não se prejudicar na escola.
 23 **Geovana, continue progredindo!**

utiliza, inicialmente, o sintagma nominal “A Geovana” (linha 1) e, nas demais ocorrências, faz uma elipse do sujeito gramatical, valendo-se do verbo na 3ª pessoa do singular. Somente na última frase, o locutor rompe esse quadro enunciativo, remetendo diretamente à aluna, por meio de um vocativo, com a elipse do pronome “você” e o uso do modo imperativo: “Geovana, continue progredindo” (linha 23). Dessa forma, percebemos que prevalece um distanciamento entre “eu” e “tu” em praticamente todo o parecer, mas, no final, o professor inscreve o “tu” em seu texto. Cabe destacar que o uso da não pessoa parece revelar que o parecer não é endereçado à aluna, mas a outros alocutários, aos quais interessa seu desempenho escolar. Ela é destituída de sua posição de parceiro da comunicação, figurando como um objeto de discurso. Somente no final do parecer, ela é pessoalizada, isto é, passa de não pessoa a pessoa do discurso. É importante observar que a não pessoa se pessoaliza no momento em que um novo ato de fala é instaurado no texto: o ato de fala da asserção ou da constatação (na descrição do desempenho da aluna), realizado em quase todo o ato enunciativo, dá lugar ao ato de fala do conselho, no último enunciado.

2º passo: análise da situação em que se realiza o ato enunciativo

É hora de dirigirmos um olhar para a situação em que se realiza o ato enunciativo, isto é, ao tempo e ao espaço da enunciação. Ao focalizarmos o aqui e o agora da enunciação, também contemplamos como a referência é coconstruída quando o locutor enuncia.

Em *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, Fiorin (1996) faz uma reflexão acerca das formas que a língua dispõe para expressar as três categorias da enunciação, isto é, pessoa, tempo e espaço. Conforme o autor (1996, p. 42), “todo espaço e todo tempo organizam-se em torno de um sujeito, tomado como ponto de referência”.

No dizer de Benveniste (2005b, p. 84), “a referência é parte integrante da enunciação”. Dessa forma, ela é o conjunto singular de circunstância do qual decorre a frase. Nessa perspectiva, ela é vista em sua singularidade a cada instância de discurso. Lichtenberg *et al.* (2009, p. 197) corroboram essa informação ao destacar que a situação de discurso, definidora da referência, é constituída pela relação entre locutor e alocutário, pela instância

¹⁰ Lembramos que o nome do aluno nesse parecer é fictício, a fim de preservar a imagem do envolvido na situação comunicativa.

de tempo e pelo lugar de uma determinada instância de discurso ou enunciação.

A partir disso, podemos discorrer que a marca do tempo presente, predominante no discurso, como se evidencia em “participa” (linhas 1 e 18), “tem” (linha 2), “demora” (linha 3), “demonstra” (linhas 9 e 12), “apresenta” (linha 14) e “parece” (linha 21), indica estados ou ações que têm concomitância com o momento da enunciação, mas que também expressam anterioridade em relação a esse momento. Ao longo do parecer, não temos um momento de referência preciso, mas sabemos que o desempenho descrito refere-se a um trimestre letivo.

Embora haja a predominância do tempo presente, percebemos duas ocorrências de pretérito perfeito, em “obteve” (linha 1) e “Melhorou” (linha 5). Cabe destacar que o verbo “Melhorou” (linha 5) indica uma mudança de estado: a aluna não estava tendo bom desempenho nas produções textuais e na leitura, compreensão e interpretação dos textos em um momento anterior, mas, no trimestre considerado, seu desempenho está mais satisfatório. Seu uso ressalta o avanço no aprendizado da aluna e, assim, revela uma comparação entre uma etapa escolar anterior e o momento de referência, trimestre em que a aluna foi avaliada. O mesmo acontece com o verbo “obteve” (linha 1), que, juntamente com o substantivo “avanços” (linha 1), indica uma melhora no desempenho escolar da aluna, fato esse já consumado antes do momento da enunciação do parecer avaliativo.

Além disso, na frase “Na disciplina de Língua Portuguesa *está progredindo*” (linha 5), a locução verbal destacada indica um aspecto cursivo. Dessa sintagmatização resulta a semantização de que os progressos em Língua Portuguesa estão em decurso, sendo uma ação não concluída, e o verbo auxiliado (principal) “progredindo” expressa um valor positivo, de movimento para frente.

A ocupação do espaço, sabemos, é fundamental para a comunicação intersubjetiva. Locuções adverbiais como “nas aulas” (linha 15) e “na escola” (linha 22) referem-se aos espaços físicos, diferentemente do espaço linguístico – o *aqui* – que faz referência ao momento da enunciação. Da mesma forma, os adjuntos adverbiais “Na disciplina de Língua Portuguesa” (linha 5), “Em Matemática” (linha 9), “Na disciplina de Ciências” (linha 12), “Em História e Geografia” (linha 14), “Nas atividades de Educação Física” (linha 16), “Em Artes e Religião” (linha 18) e “em sala de aula” (linha 21) referem-se a lugares notionais, isto é, delimitando ou circunscrevem áreas do conhecimento, restringindo os tópicos sobre os quais incide o dizer em cada parágrafo do parecer.

3º passo: análise dos procedimentos acessórios mobilizados pelo locutor

Falemos agora dos instrumentos linguísticos de que se vale o locutor/professor para manifestar sua posição

acerca do mundo ao emitir um parecer sobre o desempenho de seu aluno. Esses instrumentos constituem-se de índices específicos e de procedimentos acessórios.

Embora os índices específicos tenham a função de apontar para os elementos do enquadre enunciativo, é principalmente por meio de procedimentos acessórios, que consistem nos arranjos sintagmáticos promovidos pelo enunciador, que se apreendem os efeitos de sentido produzidos no discurso. Por essa razão, no título desta subseção, fazemos menção aos “procedimentos acessórios mobilizados pelo locutor”, considerando que nosso foco principal serão as sintagmatizações empreendidas nos pareceres analisados e que já falamos sobre os índices específicos quando contemplamos o ato enunciativo e a situação em que se realiza.

Ao produzir um enunciado, o locutor sempre tem um intentado (*inteté*), a ação sobre o alocutário, que é linguisticamente constituída. É no enunciado, produto da enunciação, que conseguimos apreender parte desse intentado manifestado na enunciação, a qual é fugaz, evanescente. A enunciação não é jamais apreendida totalmente, mas algumas marcas deixadas no enunciado permitem, de certa forma, “acessá-la”.

Benveniste (2005b, p. 84) deixa claro, em *O aparelho formal da enunciação*, que o ato individual de apropriação da língua introduz o locutor em sua fala, o que é dado constitutivo da enunciação. Sua presença faz com que cada instância de discurso crie uma referência interna, que vai se manifestar por formas específicas cuja função é relacionar o locutor com sua enunciação. É da sintagmatização empreendida pelo locutor que emerge a subjetividade e a semantização.

Um procedimento acessório recorrente nesse parecer é a relação adjetivo-substantivo. Essas sintagmatizações fazem emergir a subjetividade no discurso, pois o locutor manifesta juízos de valor positivos ou negativos em relação ao desempenho do aluno por meio da seleção desses adjetivos e da convivência desses recursos com os substantivos que acompanham. Cabe, neste momento, destacar alguns deles.

Nas linhas 2 e 9, o locutor utiliza o adjetivo “bom”, que acompanha, respectivamente, “convívio” (linha 2) e “raciocínio” (linha 9), evidenciando, assim, os aspectos positivos da aprendizagem da aluna. No que se refere à segunda ocorrência (“bom raciocínio lógico”), vale ressaltar que o adjetivo “lógico” restringe o substantivo “raciocínio”, inserindo-o numa subclasse. O locutor utiliza, novamente, o adjetivo “bons”, na linha 12. Da mesma forma, seu emprego atribui uma qualidade positiva ao substantivo “conhecimentos” (linha 12), evidenciando que, na disciplina de Ciências, a aluna demonstra conhecimentos acima da média no que se refere ao meio ambiente.

Ademais, o locutor utiliza o adjetivo “atenta” (linhas 7 e 11) duas vezes ao longo do parecer, não como

descrição da aluna, mas numa modalização deôntica (dever fazer). Primeiramente, ele destaca a necessidade de a aluna “estar *atenta* para as regras de escrita correta [...]” e, posteriormente, ressalta que a aluna deve “estar *atenta* e continuar estudando [...]”. Por meio do adjetivo “correta”, na oração “Precisa estar atenta para as regras de escrita correta” (linha 7), o professor refere-se à norma culta, às regras da língua portuguesa em sua variedade formal. O adjetivo “correta” (linha 7) atribui uma qualidade ao substantivo “escrita”, que, por sua vez, delimita o substantivo “regras”. Tanto o substantivo “regras” como o adjetivo “correta” parecem revelar a concepção prescritiva que tem essa professora em relação ao ensino de língua. Emerge, nessa sintagmatização empreendida pelo locutor, sua visão de mundo, isto é, a referência que cria ao enunciar-se.

No mesmo parágrafo, ao utilizar o adjetivo circunscritor “oral” (linha 8), o locutor delimita o substantivo “leitura”. Nesse caso, o adjetivo não atribui uma qualidade ao substantivo que acompanha, mas o restringe. O sujeito que advém dessa enunciação é um sujeito que considera importante a fluência do aluno na leitura em voz alta.

A fim de enfatizar qualidades da aluna, o locutor utiliza adjetivos como “extrema” (linha 16), que, acompanhando o substantivo “desenvoltura”, e “excelente” (linha 17), que, ligado ao sintagma nominal “motricidade ampla”, revelam os resultados positivos da aluna nas atividades de Educação Física. Cabe destacar que o adjetivo “extrema” poderia ter um sentido depreciativo se fosse relacionado a um substantivo disfórico. No entanto, na sintagmatização empreendida, “extrema” acompanha um substantivo eufórico (“desenvoltura”), conferindo-lhe um grau máximo, isto é, situa a desenvoltura da aluna em Educação Física no topo de uma escala. Mais uma vez, constata-se que é a convivência e a “cumplicidade” entre as palavras que gera o sentido.

Após afirmar que a aluna melhorou sua produção textual, leitura, compreensão e interpretação de texto, o professor manifesta que ela “precisa estar atenta para as regras de escrita correta” (linhas 6-7): isso gera a semantização de que, na ótica do locutor-professor, não basta a melhoria na produção textual, leitura, compreensão e interpretação de texto; a escrita deve ser *correta*. O uso do adjetivo “correta” permite afirmar que o sujeito que advém dessa enunciação é um sujeito que tem uma concepção normativa de língua, expressando que o registro escrito deve ser norteado pelas regras impostas pela gramática tradicional. Ao justificar que a aluna “costuma escrever como fala” (linha 7), o locutor-professor produz a semantização de que, na enunciação escrita, não são aceitas marcas linguísticas presentes no registro oral.

Com a utilização do verbo auxiliar “precisa”, o professor modaliza seu enunciado, exprimindo neces-

sidade, uma vez que, para deixar de escrever da mesma forma como fala, é imposto que a aluna esteja “atenta para as regras de escrita correta”. Da mesma forma, os verbos auxiliares “precisa” (linhas 11, 19 e 21) e “deve” (linha 7) também indicam uma necessidade, isto é, um dever fazer situado no momento da enunciação e que não pode ser questionado. O locutor, com isso, procura manifestar um saber e obrigar o interlocutor a aderir a seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Tem-se, aqui, o grau máximo de envolvimento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis. O recurso às modalidades deônticas permite ao locutor marcar seu *status* de autoridade em relação ao que afirma e exprime seu engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores. Além disso, possibilita deixar clara a forma como visa a agir sobre o alocutário, influenciando-o a fazer algo.

Já o verbo de ligação “parece”, em “[...] parece cansada e desanimada” (linha 21), relativiza a afirmação de que a aluna é desanimada em sala de aula, indicando um estado aparente. Com esse emprego, o locutor não assume (ou finge não assumir) totalmente seu discurso, colocando seu enunciado no eixo do crer, não se comprometendo com o valor de verdade de sua afirmação, isto é, eximindo-se da responsabilidade de estar afirmando tal fato categoricamente.

O locutor-professor também utiliza advérbios de intensidade por meio dos quais inscreve sua posição no discurso, como é o caso da frase: “Precisa ser mais pontual” (linha 19). O uso do advérbio “mais”, ligado ao adjetivo “pontual”, aponta para uma ideia pressuposta: a de que a aluna não é suficientemente pontual na entrega das tarefas solicitadas. Ao valer-se do intensificador “muito” (linha 3), o locutor produz o sentido de que o problema não é a demora em concluir as tarefas dadas, mas a excessiva demora. Da mesma forma, na linha 11, a partir do uso do intensificador “muito”, advém um sujeito para o qual não basta que a aluna estude os cálculos de divisão, mas esse estudo deve ser intenso.

Cabe destacar também a relação entre o verbo “demora” (linha 3) e o substantivo “lentidão” (linha 9), por meio dos quais o locutor sublinha uma das dificuldades evidenciadas pela aluna em seu processo de ensino-aprendizagem. A semantização proveniente do uso dessas formas linguísticas é a de que o tempo dispensado à realização das tarefas é um fator importante na escola.

O advérbio de modo “melhor” (linhas 19 e 21) também desempenha um papel relevante na semantização, na medida em que pressupõe que a aluna não organiza suficientemente bem sua rotina e seus materiais escolares. O uso desse advérbio parece relativizar a afirmação de que a aluna é desorganizada com seus materiais escolares e sua rotina. Cabe ainda destacar a presença da locução adver-

bial “às vezes” (linhas 3 e 21). Em ambas as ocorrências, a locução aponta para uma circunstância de tempo, que produz um efeito de asseveração relativizada: a excessiva demora na conclusão das tarefas, a falta de conclusão dessas tarefas e o aparente cansaço e desânimo não são fatos constantes.

Outro procedimento acessório que evidencia a relevância da sintagmatização na promoção de sentidos, ideia defendida por Benveniste, é o uso da expressão partitiva “a maioria de” (linhas 1, 3 e 10). A semantização que emerge desse arranjo sintático é a de que a aluna não se engajou totalmente nas atividades propostas durante o trimestre letivo. O advérbio “corretamente” (linha 11), cujo escopo é o verbo “resolver” (linha 10), promove o sentido de que ao professor não interessa que o aluno busque resolver as histórias matemáticas, mas que chegue ao resultado correto. Parece-nos que o sujeito que advém dessa enunciação é um sujeito que avalia e valoriza o resultado, não o processo de aprendizagem pelo qual a aluna está passando.

Por meio do uso da locução adverbial de modo “com interesse e criatividade” (linha 18), que acompanha o verbo “participa”, o locutor qualifica positivamente a aluna, destacando, assim, seu bom desempenho nas disciplinas de Artes e Religião. A semantização produzida é a de que interesse e criatividade são características relacionadas a um bom desempenho nessas disciplinas específicas.

A análise desse parecer permite-nos afirmar que, embora o locutor não se inscreva no texto por meio de índices específicos, os procedimentos acessórios cumprem o papel de revelar os rastros que deixa em seu discurso. Observando tais rastros, é possível apreender a referência que é criada pelo locutor quando se enuncia.

Considerações finais

A enunciação, como acontecimento único, singular e intersubjetivo, é evanescente, isto é, no momento em que é proferida, já se apaga. Dessa forma, buscamos no enunciado, produto da enunciação, os rastros deixados pelo locutor por meio de índices específicos (dêiticos que remetem a *eu-tu-aqui-agora*) e de procedimentos acessórios (arranjos sintagmáticos). Essas marcas, por meio das quais o locutor se inscreve em seu discurso, permitem que se apreenda a referência criada no momento da enunciação, ou seja, a maneira como são concebidos o “eu”, o “tu” e o mundo através da perspectiva do locutor.

Podemos concluir que a subjetividade, no parecer descritivo analisado, não emerge de índices específicos que apontam para o “eu”, mas dos procedimentos acessórios que o locutor mobiliza ao longo de seu discurso. Mesmo que o locutor não se valha de índices específicos que apontem para o locutor e para o alocutário, é possível

perceber sua presença, ao dirigirmos um olhar atento às sintagmatizações empreendidas pelo locutor. Rompendo a complexidade das formas, chega-se aos efeitos de sentido singulares produzidos na enunciação. Além disso, quando se analisa um item lexical isoladamente, não se apreende o sentido global que advém da enunciação. É preciso voltar o olhar para diversas direções – para frente, para trás, para cima e para baixo –, nesse terreno fecundo que é o texto.

Como a enunciação é sempre dialógica, isto é, produz dois sujeitos, dos quais um constitui a condição de existência do outro, podemos dizer que as marcas deixadas no parecer revelam a subjetividade e, ao mesmo tempo, a intersubjetividade expressas nesse documento: no momento em que o locutor faz uso da língua, ele sempre instaura um “tu”, aquele(s) a quem se dirige.

No texto analisado, destacamos, primeiramente, a aparente impessoalidade do discurso, uma vez que o professor não emprega índices específicos que apontam para o “eu”. Sua identidade, assim, permanece oculta por trás de seu discurso, o que evidencia um distanciamento em relação ao “tu”, a quem se dirige, e também em relação ao “ele”, o aluno sobre quem fala. Há, no texto, um “deslizamento” do alocutário, que, no final do parecer, parece ser o aluno, inscrito por meio de vocativo e de verbo no imperativo, mas, no restante do texto, ele é destituído de sua posição de alocutário, sendo apenas o objeto do discurso – aquele de quem se fala (não pessoa).

Destacamos também as modalizações deonticas de que o locutor se vale, conferindo um tom imperativo ao discurso e conferindo-lhe um *status* de alguém que tem autoridade para avaliar a aluna e ditar as ações e/ou os comportamentos que espera dela em sua trajetória escolar. Além disso, os adjetivos são bastante recorrentes no discurso, pois contribuem para representar a imagem que o professor pretende transmitir ao alocutário, agindo sobre ele no sentido de levá-lo a aceitar os argumentos que sustentam a aprovação ou reprovação do aluno. Advérbios e locuções adverbiais também são importantes para a produção de sentidos no parecer, embora, sintaticamente, sejam periféricos. Esses recursos contribuem para descrever, positiva ou negativamente, as ações realizadas pela aluna nas diversas disciplinas, além de, em alguns casos, indicarem ideias pressupostas. É por meio, principalmente, de procedimentos acessórios que o locutor, além de promover sentidos, constrói referências, sempre singulares.

Ao final da leitura do parecer, construímos, através da descrição feita pelo professor, uma representação da aluna. Essa imagem, diferente de qualquer outra descrição, por tratar-se de um evento único e singular, decorre das escolhas linguísticas do enunciatário, ou seja, o eu-professor. Sabemos que todas as considerações sobre o mundo e, sobretudo, sobre a realidade são diferentes para cada

enunciador. Se outro(s) professor(es) escrevesse(m) um parecer sobre a mesma aluna, provavelmente, os pontos de vista acerca do desempenho da estudante seriam diferentes, pois talvez outros aspectos fossem focalizados¹¹.

Como dizem Lichtenberg *et al.* (2009), a situação de discurso, que é definidora da referência, é constituída pela presente relação entre locutor e alocutário, pelo objeto de alocução e pela instância de tempo e lugar de determinada enunciação. Com isso, reiteramos que cada interação, sem dúvida, é diferente, pois é diferente o enquadre enunciativo.

Cabe ainda destacar que a análise desenvolvida não visa à exaustividade, por ser enunciativa. Dirigimos nosso olhar a determinados arranjos sintagmáticos, em detrimento de outros. Assim, seria perfeitamente possível que outro analista focasse a sua atenção em aspectos que, eventualmente, foram ignorados por nós.

Acreditamos que nossa pesquisa tem relevância por relacionar duas áreas que jamais poderiam ser pensadas como desconexas: a linguística e o ensino. Nós, professores, que escolhemos seguir essa profissão, vemos, a nossa frente, os desafios que a prática docente impõe, pois, além de formar cidadãos que saibam interagir e posicionar-se na sociedade, enfrentamos o desafio de avaliar em que medida os alunos desenvolveram determinadas competências. Esperamos que este breve estudo possa contribuir para repensar o papel da linguagem como experiência humana em qualquer contexto e, especificamente, no ambiente escolar.

Para finalizar, retomamos o dizer de Benveniste (2005b, p. 222, grifo do autor) de que “a linguagem serve para viver”. Ter presente essa frase é de suma importância quando se trata de relações humanas, entre as quais focalizamos a relação professor-aluno.

Referências

- ARESI, F. 2011. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVel*, 9(16): 262-275.
- BARBOZA, G. 2013. *Em busca do espaço perdido? Um estudo do estatuto da noção de espaço em Émile Benveniste*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 153 p.
- BENVENISTE, É. 2005a. *Problemas de linguística geral I*. 5ª ed., Campinas, Pontes, 387 p.
- BENVENISTE, É. 2005b. *Problemas de linguística geral II*. 5ª ed., Campinas, Pontes, 294 p.
- FIORIN, J.L. 1996. *As astúcias da enunciação*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 320 p.
- FLORES, V. do N. 2011. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: A. CÁRMEN; E.S. BERTOLDO (org.), *Linguagem e enunciação: subjetividade-singularidade em perspectivas*. Uberlândia, EDUFU, p. 27-41.
- FLORES, V. do N. 2013. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. 1ª ed., São Paulo, Parábola, 198 p.
- FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. 2009. Saussure, Benveniste e a teoria do valor: do valor e do homem na língua. *Letras & Letras*, 25(1):73-84.
- LICHTENBERG, S.; ENDRUWEIT, M.; WEIGERT, T.; SILVA, S. 2009. Referência. In: V. do N. FLORES; L.B. BARBISAN; M.J. B. FINATTO; M. TEIXEIRA (org.), *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, p. 197.
- MALCORRA, B.L.C. 2014. *Um olhar enunciativo para pareceres descritivos de alunos do ensino fundamental*. São Leopoldo, RS. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 73 p.
- MELLO, V.H.D. de. 2012. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 145 p.
- MELLO, V.H.D. de; FLORES, V. do N. 2009. Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna. *Ciências & Letras*, 45:193-218.
- SAUSSURE, F. de. 2006. *Curso de linguística geral*. 27ª ed., São Paulo, Cultrix, 279 p.

Submetido: 08/04/2016

Aceito: 21/04/2017

¹¹ Cabe salientar que, da mesma forma como nós, analistas, o leitor de nossos apontamentos, possivelmente, apresentará pontos de vista diferentes dos nossos e focalizará outros aspectos, o que evidencia o caráter único e singular da enunciação.